

## A UTILIDADE FRENTE ÀS PROBLEMÁTICAS: OS QUILOMBOS NO LIVRO DIDÁTICO

Ana Clara Menezes de Andrade<sup>1</sup>  
Glaucia Elen Santos Xavier<sup>2</sup>  
Leandro Oliveira de Menezes<sup>3</sup>

### RESUMO

Esse trabalho visa analisar o capítulo “Palmares, a guerra dos quilombos”, do livro didático de história intitulado “História.doc”, da editora Saraiva, destinado a alunos do 7º ano, partindo dos aspectos da utilidade que Jorn Rusen considera essenciais em um livro didático ideal, das proposições da lei 11.645/2008 e da BNCC. Os aspectos da utilidade para o ensino prático, para a percepção, interpretação e orientação histórica podem direcionar uma construção eficiente de um material didático, além disso, é importante tratá-los segundo as leis e especificidades que competem ao processo de ensino/aprendizagem, nesse sentido, as representações poderão ser feitas de modo a contemplar as mais variadas perspectivas. Assim, por meio de uma pesquisa documental, com uma abordagem qualitativa e análise de conteúdo, busca-se interpretar os discursos presente no texto e nas imagens, evidenciando que para além de Palmares houveram outros quilombos. Independente de qual comunidade for abordada nesse tipo de recurso, os estereótipos não devem ser perpetuados, mas sim derrubados, com base em um ensino antirracista, em uma proposta contra-hegemônica. Foram utilizados autores diversos inclinados para o ensino de história e representação das comunidades quilombolas em livros didáticos. Com base no que Rusen aborda, constata-se que o capítulo deixa a desejar em alguns sentidos, utilizando somente Palmares para tecer uma narrativa acerca dos quilombos.

**Palavras-chave:** Livro Didático; Ensino de História; Quilombos.

### INTRODUÇÃO

O livro didático é um dos principais recursos utilizados no ensino de história, tendo em vista que em parte das escolas, é o único recurso que os alunos e professores podem contar como suporte nas aulas. Esses recursos didáticos têm papel importante na construção do conhecimento histórico dos alunos, por esse motivo é necessário que estes materiais sejam coerentes e bem estruturados. Segundo Rusen (2010), os alunos precisam desenvolver a autonomia, construindo sua própria interpretação histórica e potencializando seu próprio aprendizado.

Os alunos podem interpretar o que está no livro como uma verdade absoluta, o que pode colaborar para equívocos que perpetuem estereótipos, como no caso da população negra que

---

<sup>1</sup>Graduanda do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, [Anaclara7012@gmail.com](mailto:Anaclara7012@gmail.com).

<sup>2</sup>Graduanda do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, [xavierglaucia22@gmail.com](mailto:xavierglaucia22@gmail.com).

<sup>3</sup> Professor orientador: Mestre em Estudos Territoriais pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, [4menezes@email.com](mailto:4menezes@email.com).

historicamente foi e ainda é marginalizada. “Negros e indígenas estiveram presentes, e com importante atuação, nos processos históricos brasileiros desde o período colonial. Valorizar suas contribuições é dar significação às lutas desses povos e corrigir lacunas na formação histórica nacional [...]” (FONTENELE, CAVALCANTE, 2020, p. 6).

Os quilombos nos recursos didáticos se inserem principalmente no período da escravidão no Brasil, com foco no quilombo de Palmares, considerado a maior comunidade quilombola no período escravista. Embora houvesse outros quilombos existentes no mesmo período que o de Palmares, são pouco lembrados nos livros didáticos, o que pode colaborar para a visão de uma única comunidade de fugitivos, perdendo de vista outras dimensões, em outros cenários, como na Bahia, Minas Gerais e demais estados do Brasil.

Este trabalho tem por objetivo analisar como o livro didático História.Doc, do 7º ano, aborda a temática dos quilombos no capítulo 14, intitulado “Palmares, a guerra dos quilombos”, se o mesmo segue uma perspectiva contra-hegemônica, ou reforça os estereótipos já existentes acerca da temática. Para tal análise, foram utilizados como aporte os textos de Rusen (2010), Schwartz (1987), Fontenele e Cavalcante (2020), a lei 11.645/08, e a ancoragem do capítulo a BNCC. Estes foram fundamentais para o entendimento das questões que permeiam o ensino de história em geral e dos quilombos no Brasil.

A escolha por essa temática foi norteadada pela necessidade em explorar o campo do ensino da história que cerca as comunidades quilombolas, contribuindo para as pesquisas e trabalhos já existentes acerca do assunto.

## **METODOLOGIA**

Como já posto, o objeto tratado nesse texto é um capítulo específico de um livro didático, o qual se buscou identificar os aspectos da utilidade presentes nesse, problematizando também a forma que os quilombos aparecem. Para que fosse possível a realização de uma análise com rigor científico foi utilizado uma série de métodos e técnicas.

Nesse sentido, os caminhos percorridos se deu através da pesquisa documental, que segundo Gil (2009) se caracteriza por vale-se de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados a partir dos objetivos da pesquisa. Além da utilização de uma abordagem qualitativa e da técnica de análise de conteúdo. Sendo a última uma técnica de análise de diversos elementos, como o discurso e as imagens apresentados no objeto, “Pode ser utilizada, por exemplo, para examinar a ideologia política implícita nas

notícias de jornal ou o preconceito de raça e de gênero subjacente aos textos escolares” (GIL, 2002, p. 89).

## **NARRATIVAS SOBRE OS QUILOMBOS NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA**

A história do Brasil foi marcada pela participação da população negra, mas suas contribuições perpassam historicamente por omissões e silenciamentos que apagam da “história oficial” a importância das lutas dos homens e mulheres negros/as. No campo do ensino de história, pode-se perceber essa ausência em recursos como os livros didáticos, utilizados tanto pelos estudantes, como por professores. No que tange ao ensino de História, esse deve cada vez mais debruçar-se sobre as contribuições que pode oferecer e incentivar a memória dos segmentos sociais excluídos em uma perspectiva inclusiva, valorizadora da diversidade (FONTENELE, CAVALCANTE, 2020, p. 6).

Os materiais de ensino não são isolados do meio ao qual pertencem, logo, as ausências na história da população negra podem refletir também nos livros didáticos, material importante no processo de ensino/aprendizagem, principalmente em escolas públicas.

Na história do Brasil os quilombos se inserem enquanto focos de resistência, tendo em vista que representam a luta dos escravizados em busca da liberdade. A relevância dessa temática para o ensino se dá principalmente para a compreensão e visibilidade dessas comunidades que se formaram nas diversas regiões, em meio à sociedade escravista. Visando abranger os aspectos da história afro-brasileira, surge a necessidade de criação da lei 11.645/08.

O caráter multicultural, pluriétnico e democrático da sociedade brasileira atual impõe uma educação nacional que reconheça, de forma positiva, a História e a Cultura Afro-Brasileira e Indígena, juntamente com as determinações e orientações legais. Assim, para reparar danos que se repetiam há mais de 500 anos e resgatar as contribuições históricas e culturais de negros e indígenas de forma equânime, a Lei 11.645/2008 contempla a obrigatoriedade da educação Afro-Brasileira e Indígena e determina que essas inclusões se deem, preferencialmente, nas áreas de História do Brasil, Educação Artística e Literatura (FONTENELE; CAVALCANTE, 2020, p. 6).

A implementação dessa lei tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nas escolas públicas e privadas de todo o país, nesse sentido, também está incluso o estudo sobre os quilombos brasileiros e sua diversidade. Na BNCC, algumas das habilidades são voltadas para o ensino da história afro-brasileira, como a habilidade EF07HI16 trabalhada no 7º ano, que pretende: “Analisar os mecanismos e as dinâmicas de comércio de escravizados em suas diferentes fases, identificando os agentes

responsáveis pelo tráfico e as regiões e zonas africanas de procedência dos escravizados (BRASIL, 2018, p. 423).

Abordar as competências da BNCC no ensino de história, compreendendo as formas de resistência, com base em um ensino antirracista e contra-hegemônico, pode dar aos alunos (em especial os negros), a oportunidade de construir uma identidade positiva, derrubando estereótipos. Para isso é essencial expandir o conhecimento sobre a temática, abandonando a narrativa de um único quilombo, o de Palmares, podendo inclusive apresentar alguns mais próximos aos estudantes, os existentes em sua cidade, em seu estado.

Houve diversas formas de resistência ao regime escravista, entre elas está a fuga, que em alguns casos poderia resultar em comunidades de fugitivos, os quilombos, também muito conhecidos por mocambos. Schwartz (1987), tenta encontrar padrões nas origens, criação, organização interna e destruição das comunidades existentes na Bahia, em Minas e Palmares. Os quilombos surgiram em diversos lugares, como exemplo, na Bahia:

Certas características da capitania da Bahia contribuíram para a fuga de escravos e a formação de comunidades de fugitivos. A Bahia foi um terminal principal do comércio atlântico de escravos e uma importante zona de agricultura de exportação por toda a sua história. Possuiu sempre uma grande população escrava, a qual, por volta do fim da era colonial, constituía cerca de um terço da população total; porém, nas zonas das grandes plantações, os escravos frequentemente perfaziam mais de 60% dos habitantes. As condições nos engenhos eram fisicamente exaustivas e o tratamento em termos de alimentação e habitação era deficiente (SCHWARTZ, 1987, p. 65).

Diferente de Palmares, a maioria dos quilombos baianos estavam localizados relativamente próximos a centros populacionais ou nos arredores dos engenhos, embora frequentemente em lugares inacessíveis. A economia destes era muitas vezes parasitária, baseada em assaltos nas estradas, roubo de gado e extorsões.

Entretanto, assim como Palmares, estes representavam uma verdadeira ameaça:

Um relato de 1723 da conta de um mocambo com mais de 400 habitantes, mas o tamanho, isoladamente, não era o único determinante da periculosidade do mocambo nessa região). Em 1692, um grupo de fugitivos liderado por cinco capitães mulatos passou a saquear as lavouras próximas a Camamu e ameaçou tomar a própria cidade. O tumulto atingiu não somente o sul da Bahia mas também o Recôncavo, onde a desordem imperou quando a notícia daqueles eventos chegou as senzalas dos engenhos e os senhores começaram a temer distúrbio semelhante. Uma expedição militar portuguesa em 1692 finalmente destruiu o mocambo, sitiando o povoado protegido por paliçadas (SCHWARTZ, 1987, p. 66).

Nesse sentido, medidas foram tomadas para coibir o aquilombamento, entre elas estavam as tentativas de acabar com as fugas de escravizados, caçando e recapturando os

fugitivos, por meio, principalmente, dos capitães-do-mato e com o recebimento de recompensa pela Câmara de Salvador. A principal tática empregada contra os quilombos era sua destruição e morte ou reescravização de seus habitantes, com o auxílio de expedições militares.

Schwartz (1987) também traz o Buraco de Tatu, na Bahia, como um exemplo que permite ter acesso a muitos aspectos da história dos quilombos no Brasil. Uma comunidade pequena, com cerca de 100 habitantes, de diversas origens, crioulos e africanos de várias etnias, que desenvolveu tradições sincréticas, fundindo elementos brasileiros e africanos. Ele se manteve por vinte anos, mas por ser uma ameaça a ordem colonial foi dizimado.

Os quilombos mineiros também eram numerosos e de tamanho considerável:

Os escravos executavam virtualmente todas as tarefas, mas principalmente faziam a maior parte do trabalho de mineração. Seus pregos eram altos e eram grandemente valorizados. Contanto que fossem produtivos e entregassem aos senhores o ouro encontrado, os escravos tinham, com frequência, considerável autonomia de movimento na região mineradora. O vasto mar de escravos e pessoas de cor livres forneciam um ambiente potencialmente simpático aos fugitivos. A natureza descontínua dos povoados e a topografia montanhosa forneciam grandes tratos inacessíveis, próprios para os esconderijos e, mesmo em muitas concentrações urbanas, a grande população de cor livre tornava difícil a descoberta dos fugitivos. Ademais, como estes eram frequentemente capazes de fornecer ouro que haviam roubado ou encontrado, alguns brancos dispunham-se a cooperar com os mocambos ou proteger foragidos (SCHWARTZ, 1987, p. 77).

As formas de combate a estes eram parecidas as que aconteciam na Bahia, assumindo um tom diferente no governo do Conde de Assumar (1717-21), que permitia que qualquer um que desejasse atacar um quilombo o fizesse e em posse das armas que considerassem necessárias.

Chegando à comunidade de Palmares (1605-1694), em Alagoas, a maior e que resistiu por mais tempo na história brasileira, essas características e o seu contato constante com a sociedade colonial permitiu que se conhecesse mais sobre sua organização interna, mesmo que a maior parte da documentação sobre ela se concentre nas suas últimas décadas e na sua destruição.

A escassez de documentação das mais diversas comunidades é um problema historiográfico, entretanto é possível trazer outras narrativas para a sala de aula. Um dos materiais que podem auxiliar o ensino antirracista e contra-hegemônico é o livro didático. Esse material é, em muitos casos, o único recurso que os alunos têm acesso para estudar os conteúdos postos pelo professor, o que lhe concede uma grande importância, uma posição de detentor da verdade, nesse sentido, é imprescindível dispor os assuntos a fim de quebrar ciclos de

representações feitas de forma estereotipada, seguindo um padrão de qualidade, como é proposto por Jorn Rusen (2010).

Pensando principalmente no livro didático de história, mas que pode valer para todos, Rusen (2010) estabeleceu as características mais importantes para um material ideal, sendo elas: aspectos da utilidade para o ensino prático; utilidade para a percepção histórica; utilidade para a interpretação histórica e utilidade para a orientação histórica.

Os aspectos que englobam a utilidade para o ensino prático são: um formato claro e estruturado, uma estrutura didática clara, uma relação produtiva com o aluno, e uma relação com a prática da aula. Devendo ter a distribuição e estruturação dos materiais feitos de forma clara, ajudando na orientação de títulos e indicações, inclusão de índice, um glossário com explicações de termos importantes e uma boa bibliografia. Além de ter uma linguagem que o aluno possa compreender, reconhecendo as intenções do texto, os materiais didáticos:

Têm de ser claros e precisos, coerentes, têm que aproveitar todo o material, devem ter uma função didática e metodológica reconhecível, levar em conta as diferentes exigências e objetivos de aprendizagem nos diferentes níveis, praticar as capacidades metodológicas e pragmáticas, assim como estimular o entendimento das relações e categorias de ordem histórica. Devem, ademais, evitar perguntas sugestivas e de decisão, porque elas limitariam um elemento decisivo da aprendizagem: a autonomia, a capacidade de pensar por si mesmo e de argumentar (RUSEN, 2010, p. 118).

A utilidade para a percepção histórica depende da maneira que se apresentam os materiais, da pluralidade que se apresentam os conteúdos históricos e da pluriperspectividade da apresentação histórica. Trazendo as diferentes qualidades da vida humana através dos tempos, estimulando a interpretação através de imagens, mapas, esboços e textos, apresentando os vários âmbitos da experiência: economia, sociedade, política e cultura, e é demonstrando as várias perspectivas aos estudantes, que eles perceberão que o mesmo fato pode ter formas diferentes e até contrárias.

A utilidade para a interpretação histórica aponta que a história deve ser interpretada dentro de seu contexto temporal junto a outros fatores. As interpretações devem se corresponder com as normas da ciência histórica, exercendo as capacidades metodológicas, ilustrando o caráter de processo e de perspectiva da história, além de que na exposição histórica do livro devem ficar claras as condições linguísticas decisivas para sua força de convicção. O conteúdo do livro não pode contradizer o conhecimento científico, evitando uma aparência dogmática e definitiva, se afastando da imagem de uma história estática, mostrando-a como processo, “Os alunos precisam ser capazes de aprender também quais são as possibilidades e limitações do conhecimento histórico: devem ser convidados a refletir sobre problemas metodológicos e

teóricos, embora de uma forma simples e conforme os mandamentos didáticos” (RUSEN, 2010, p. 123).

Para a utilidade e para a orientação histórica, um bom livro didático estimula uma relação própria entre a perspectiva global e o ponto de vista dos alunos, mencionando os problemas relacionados com o próprio conceito da história e a integração com o presente, introduz os estudantes no processo de uma formação da opinião histórica, e trabalha com referências ao presente (RUSEN, 2010). Esse material não deve usar a imparcialidade estrita, mas sim relacionar os conteúdos com a construção da identidade dos alunos, potencializando a aprendizagem, colaborando para a construção de sua consciência histórica, diferenciando temporalmente passado e presente.

Um livro didático que siga minimamente os padrões estabelecidos por Rusen (2010), que possa trazer a história dos quilombos de forma ampla e pluriperspectivada, não apenas focando em Palmares, poderá contribuir imensamente para o processo de ensino/aprendizagem dos alunos, acabando com estigmas perpetuados ao longo do tempo sobre essas comunidades.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O capítulo 14 intitulado “Palmares, a guerra dos quilombos” é focado em trazer apenas o quilombo dos Palmares, desde sua formação, passando por sua expansão, até chegar em sua destruição. É trabalhado neste capítulo um pouco da história do quilombo em questão, como surgiu, a organização interna do quilombo e como os habitantes se mantiveram naquele espaço por tanto tempo. Os autores abordaram os aspectos principais da dinâmica do quilombo, situando de onde vieram aqueles que o formaram, majoritariamente de Angola e Guiné, além dos que nasceram no Brasil. A divisão dos mocambos que compunham Palmares também foi ressaltada. Os autores trouxeram novas perspectivas que acompanham a historiografia atual, de que nos quilombos também existiam indígenas e que podia haver escravidão (inclusive indígenas eram sequestrados e escravizados), mas um tipo diferente daquela que ocorreu em África, um ponto importante de destacar, para que os alunos não usem como argumento que “os negros também se escravizavam”.

Não há qualquer tentativa de explorar os outros diversos quilombos, nem de mostrar sua resistência e sobrevivência até os dias atuais, inclusive com quilombos urbanos, dando a entender que estes acabaram com a destruição de Palmares. O capítulo possibilita a identificação dos processos de ruptura e continuidade, por meio das imagens e textos. Porém, falta demarcar melhor esses processos como, por exemplo, a permanência dos quilombos

atualmente (uma continuidade), para que os alunos não compreendam equivocadamente que os quilombos fazem parte de um passado da história do Brasil. Abordar como as comunidades quilombolas existem e resistem na conjuntura atual é um ponto importante para que os alunos possam compreender os processos históricos que perpassaram e ainda perpassam os quilombos. Partindo da leitura, o aluno consegue entender a relevância do quilombo de Palmares para a luta contra a escravização, mas não consegue ter uma dimensão mais ampla dos acontecimentos.

A abordagem evidenciando um único mocambo é o primeiro ponto de divergência na busca pelo livro didático ideal de Rusen (2010), mesmo com a escassez de documentação sobre outros quilombos é preciso apontar a existência de outros espaços de resistência, não se restringindo a Palmares, mesmo entendendo e dando sua importância e grandiosidade.

O conteúdo segue uma linha temporal dos acontecimentos, explorando diversos acontecimentos que envolveram Palmares, em sua maior parte de fácil entendimento, mas em outros momentos podendo confundir os alunos, ignorando a elaboração de uma forma estrutural didática, como ao indicar a existências de inúmeros quilombos dentro do quilombo de Palmares,

Imagem 1 - Quilombos de Palmares



No mapa acima estão assinalados os principais **mocambos**, ou povoações, de Palmares.

Fonte: elaborado com base em REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. p. 30.

Fonte: VAINFAS et al, 2018, p. 224. Apud. REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio*.

São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 30.

mesmo contando com um mapa a explicação sobre essa divisão é confusa.



Além disso, os autores apresentam contradições ao lidarem com a falta de documentação sobre Palmares. No box “Outras histórias – personagens”, intitulado “mistério sobre zumbi” é usado justamente esse argumento, sob a perspectiva do livro “Três vezes Zumbi”, de Jean Marcel França e Ricardo Ferreira (2012), para se apontar a possibilidades de não existência de Zumbi. Entretanto, ao trabalhar outro box, os autores trazem o documento “A religião dos quilombos” no qual o governador de Pernambuco descreve a religião dentro desse quilombo,

Imagem 2 - A religião dos quilombolas

**DOCUMENTO**

**A religião dos quilombolas**

O então governador de Pernambuco, Pedro de Almeida, assim descreveu a religião dos quilombolas de Palmares:

E com serem estes bárbaros tão esquecidos de toda sujeição, não perderam de todo o reconhecimento da Igreja. Nesta cidade (de Palmares) têm capela a que recorrem nos seus apertos e imagens a quem recomendam suas (in)tenções. Quando se entrou nesta capela achou-se uma imagem do Menino Jesus muito perfeita; outra de Nossa Senhora da Conceição, outra de São Braz.

GOMES, Flávio. *Palmares*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 110.

• Com base no texto acima, discutam, em grupos, se os quilombos palmaristas recriaram religiões africanas.

Fonte: VAINFAS et al, 2018, p. 226. Apud. GOMES, Flávio. Palmares. São Paulo. Contexto, 2005, p. 110.

não se preocupando em analisar ou fazer com que os estudantes reflitam sobre a imposição dessa religião e sobre o sincretismo.

Outra observação necessária a ser feita é sobre a diferenciação da escravidão colonial e a africana, a última sendo posta como igual a que acontecia em Palmares, “Escravos capturados contra a vontade pelos palmaristas viravam escravos dos grandes guerreiros. Zumbi tinha escravos, assim como outros quilombolas. Uma escravidão doméstica, um tipo de criadagem, como havia na África. Diferente da escravidão colonial, mas ainda assim escravidão” (VAINFAS et al, 2018, p. 226).

Em princípio, a África antiga e medieval não tinha a escravidão como essencial em sua organização social, se tinha sim escravizados, mas eles não eram a base produtiva daquele território, eram dependentes e as relações estabelecidas eram de escravidão de linhagem, doméstica ou por penhora.

Nesse sistema, as pessoas eram escravizadas como uma forma de punição por crimes, como nos casos dos acusados de bruxaria, ou uma espécie de garantia para o pagamento de alguma dívida (a penhora). Reis (1987) traz que em alguma medida os escravizados eram bem tratados, tinham acesso aos meios de produção, podiam se casar com pessoas livres e eram considerados membros da família do senhor.

Os autores poderiam ter se aprofundado nos tipos de escravidão e como ela aconteceu de forma distinta em diferentes lugares e temporalidades, para que assim, os alunos não tenham ideias equivocadas dos fatos históricos, ou cometam anacronismos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo de todas as constatações acima, percebe-se que o capítulo tem alguns problemas e não atende ao que Rusen (2010) entende por um livro didático ideal, não englobando todos os aspectos propostos pelo autor, o que não o torna descartável, mas seu potencial enquanto ferramenta para os professores e alunos poderia ser mais amplo se o capítulo abordasse outros quilombos existentes no Brasil, de modo que ampliasse a reflexão dos alunos, colaborando com o professor de história no processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, este livro pode ser considerado um material didático de apoio para os docentes, principalmente aqueles que ainda não possuem tanta experiência de ensino, e atuam em escolas com realidades sócio-econômicas precárias, onde contarão apenas com o auxílio do livro didático para as aulas. É preciso ressaltar que os livros didáticos de modo geral, mesmo após a lei 10.639/2003, que foi alterada para a lei 11.645/2008, ainda precisam melhorar no que tange a forma como os assuntos que tocam a história e cultura afro-brasileira são representados.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008**. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF, [2008]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm>. Acesso em: 23 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017, p. 423.



FONTENELE, Zilfran Varela e CAVALCANTE, Maria da Paz. Práticas docentes no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. **Educ. Pesqui.** [online]. 2020, vol. 46, e204249. Epub 13-Jan-2020. ISSN 1678-4634. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202046204249>. Acesso em: 02 abr. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. ed. 6, 2. reimpressão. SÃO PAULO: Atlas, 2009. 200 p.

REIS, J. J. . Notas sobre a escravidão na África pré-colonial. ESTUDOS AFRO-ASIATICOS (CEAA/RJ) ., Rio de Janeiro, v. 14, p. 5-21, 1987.

RUSEN, jorn. O livro didático ideal In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; MARTINS, Estevão; BARCA, Izabel.(orgs.) **Jörn Rüsen e ensino de história**. Curitiba: Ed.UFPR, 2010. p. 109-127.

SCHWARTZ, Stuart B. Mocambos, quilombos e Palmares: a resistência escrava no Brasil colonial. **Estudos Econômicos** (São Paulo), v. 17, n. Especial, p. 61-88, 1987. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/157408>. Acesso em: 30 de jun. 2023.

VAINFAS, Ronaldo et al. **História.doc**. Vol.9, 2ª Edição. São Paulo. Saraiva, 2018.